

*Aprovado por
unânime - 1
abstensão do PS.*

ACTA 3/2007

-- Aos vinte e sete dias de Junho do ano de dois mil e sete, reuniu a Assembleia Municipal de Mafra, em Terceira Sessão Ordinária do ano de dois mil e sete, no Palácio Nacional de Mafra, situado na Vila de Mafra, com a seguinte ordem de trabalhos: 1) Informação do Presidente da Câmara sobre a actividade municipal e situação financeira; 2) Projecto de Regulamento da Venda Ambulante do Município de Mafra - Apreciação Definitiva; 3) Alteração ao Regulamento sobre o Licenciamento das Diversas Actividades previstas no Decreto-Lei n.º 264/2002, de 25 de Novembro, e no Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18 de Dezembro - Apreciação Definitiva; 4) AMAGÁS - Associação de Municípios para o Gás - Prestação de Contas do ano de 2006; 5) MAFRATLÂNTICO - Vias Rodoviárias, EM - Relatório de Gestão e Contas do Exercício relativos ao ano de 2006; 6) PAVIMAFRA - Infraestruturas e Rodovias, EM - Relatório e Contas do Exercício do ano de 2006; 7) GIATUL - Empresa Municipal para Gestão de Infraestruturas e Actividades Turísticas, EM - Relatório de Gestão do Ano de 2006; 8) AMTRES - Associação de Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra para o Tratamento de Resíduos Sólidos - Relatório de Actividades, Balanço e Conta de Gerência de 2006; 9) Matadouro Regional de Mafra, SA - Relatório e Contas do ano de 2006; 10) MUNICÍPIA - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, SA - Relatório e Contas do ano de 2006; 11) SIMTEJO - Saneamento Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, SA - Relatório e Contas do Exercício do Ano de 2006; 12) AMEGA - Associação de Municípios para Estudos e Gestão da Água - Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas do ano de 2006; 13) TAPADA NACIONAL DE MAFRA - Centro Turístico, Cinagético e de Educação Ambiental - Cooperativa de Interesse Público de Responsabilidade Limitada - Relatório e Contas do ano de 2006; 14) Projecto de Regulamento de Obras e Trabalhos na Via Pública relativo à Construção, Instalação, Uso e Conservação de Infra-Estruturas no Município de Mafra - Apreciação Definitiva do Projecto. -----

-- Passavam dez minutos das vinte e uma horas quando o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Joaquim Sardinha, deu por iniciada a sessão. -----

-- O Secretário da Mesa, Senhor Luís Ribeiro Alves, fez a chamada. -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que decorreu o Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, fazendo distribuir a todos os líderes das bancadas um conjunto de posições e deliberações aprovadas no respectivo Congresso. Seguidamente, passou-se à votação da acta número dois de dois mil e sete, datada de vinte e oito de Abril. -----

-- O Senhor Miguel Ângelo interveio, dizendo que "é só uma ligeira correcção. Relativamente à página doze da referida acta, na minha intervenção no último parágrafo vem «em breve, provavelmente, virá a esta Assembleia aquilo que é nós todos pagarmos duas entidades que o Banco Central decidiu criar». Como é evidente, não é que o Banco Central decidiu criar, mas que o Governo Central decidiu criar." -----

-- Não havendo mais intervenções, passou-se à votação da acta, tendo esta sido aprovada por maioria, com duas abstenções, uma do PS e outra do PSD. Prosseguiu-se com a abertura do Período Antes da Ordem do Dia. -----

-- O Senhor Joaquim Cruz disse que "a minha intervenção baseia-se em dois pontos. O primeiro ponto foi uma notícia que veio a público esta semana, sobre a possível realização da Cimeira União Europeia - Rússia, dentro do âmbito da Presidência Europeia, aqui em Mafra. Se realmente isso se vier a concretizar é uma notícia bombástica para o Concelho, teremos todas as televisões do Mundo aqui. Mafra tem condições e infra-estruturas que permitem, com certeza, albergar um evento tão importante, ainda mais numa altura em que as relações entre a União Europeia e a Rússia não estão assim tão estáveis. Não sei até que ponto a Câmara Municipal poderá ser envolvida nesta situação. Há aqui uma oportunidade clara, temos os jornalistas do mundo no Concelho e devemos recebe-los da melhor forma,

e da forma que também nos deixarem porque estes eventos têm medidas muito apertadas de segurança, dar-lhes a melhor imagem possível e mostrar aquilo que é considerado por muitos, o Palácio Nacional de Mafra, uma das maiores riquezas nacionais. Se isto for realmente avante, é uma notícia muitíssimo boa para o Concelho, de projecção e também de reconhecimento das infra-estruturas que possui. O segundo ponto diz respeito ao Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses de dois mil e cinco. Este Anuário foi elaborado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia do Ministério da Ciência, Inovação e Ensino superior, tem os patrocínios do Tribunal de Contas, da Câmara de Técnicos Oficiais de Contas, do Instituto Politécnico do Cavado e Ave e da Universidade do Minho. Foi elaborado por diversos técnicos, é algo que eu aconselho a leitura aos interessados destas áreas das Autarquias e das Finanças, não posso deixar de não me alegrar muitíssimo com o *ranking* que Mafra e o Município de Mafra aparece em diversos indicadores financeiros. Quando vamos, por exemplo, aos municípios que apresentam maior independência financeira, significa que nós temos *ratio* de solvabilidade para poder executar as obras e as empreitadas que temos para a frente. A nível nacional, as câmaras municipais neste estudo foram divididas entre grandes câmaras, médias câmaras e pequenas câmaras. Mafra encontra-se numa média câmara, que tem indicadores como o número de habitantes e, dentro dos municípios que apresentam maior independência financeira, Mafra aparece em décimo lugar, com setenta e quatro por cento a nível do índice. Quando vemos municípios com menor índice de endividamento, estamos a falar no endividamento concreto, Mafra aparece em décimo terceiro lugar. Mais à frente, vem outro quadro sobre municípios com maior diferença positiva entre as receitas liquidadas e as despesas comprometidas, Mafra aparece, a nível nacional, em terceiro lugar. É absolutamente notório e digno do esforço de quem está aqui à frente deste município, dos órgãos executivos, das Juntas de Freguesia. Outro quadro que aparece muito interessante é relativo aos municípios com maior grau de receita cobrada, o que nós cobramos, se nós conseguimos cobrar, realmente, a totalidade do que é proposto ou não. Mafra aparece em primeiro lugar. Em relação aos municípios com maior grau de execução da despesa paga, Mafra aparece em segundo lugar, a nível do *ranking* nacional. Estamos aqui a falar de um conjunto de indicadores em que Mafra não aparece em vigésimo sexto lugar ou no centésimo lugar, mas aparece no *top ten* em termos de *ranking* financeiro, da saúde financeira da Câmara. Relativamente aos municípios com maior liquidez, Mafra aparece em nono lugar e dentro das médias câmaras em terceiro lugar. Nos municípios com menor prazo médio de pagamentos, aquilo que estamos a pagar aos nossos fornecedores, temos casos no país muitíssimo graves, e isso é transversal a todos os partidos, de câmaras que não estão a cumprir com o pagamento a fornecedores. No prazo médio de pagamentos, Mafra aparece em décimo primeiro lugar, numa posição muito confortante. Estes são alguns dos indicadores mencionados, há outros que também talvez sejam dignos de nota. Relativamente ao saldo primário Mafra aparece em primeiro lugar. Aparece em nono com o maior saldo corrente na base dos compromissos, o que mostra o equilíbrio financeiro entre os dois lados. Nos municípios que apresentam maior endividamento bancário de médio e longo prazo, Mafra não aparece na lista e estão os primeiros vinte e cinco mencionados. Penso que este documento é digno de grande ressalva." -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal felicitou o Executivo da Câmara Municipal de Mafra pelos resultados alcançados e passou a palavra ao Senhor Samuel Estêvão. -----

-- O Senhor Samuel Estêvão referiu que "da leitura de vários documentos e através da participação em alguns seminários onde estive envolvido, verifiquei que há uma aposta constante de alguns municípios da Área Metropolitana de Lisboa, em determinadas áreas, como por exemplo projectos e novas tecnologias, cidades digitais, projectos de contratação pública, modernização da administração digital, entre outras, posso, inclusive, indicar os municípios de Oeiras, Cascais, Loures, Odivelas, como alguns dos Concelhos que já se mexem nestas áreas. Contudo, foi

com algum espanto que constatei que não existe qualquer informação sobre o nosso Concelho nestas áreas. Num dos seminários onde participei havia diversos oradores destes municípios da Área Metropolitana de Lisboa, não havia ninguém de Mafra, pelo que gostaria de saber se já existe alguma coisa a ser feita no Concelho e, se existe, em que fase é que se encontra?" -----

-- O Senhor José Bizarro disse que "vou começar com duas notas que considero relevantes. Em primeiro lugar, aquele grande abraço que todos demos ao Convento de Mafra e o empenho que os agentes de Mafra, nomeadamente a Câmara Municipal, têm demonstrado na promoção do Convento e da Basílica para uma das sete maravilhas de Portugal. Em segundo lugar, não posso deixar aqui de realçar o dinamismo que vamos ter este Verão, quer através das iniciativas da Câmara, quer através de um conjunto de festas tradicionais que há em dezenas de localidades do nosso Concelho. Da Câmara temos as «Tardes de Encantar», as «Noites de Santa Marta», as «Demonstrações Equestres», o «Cool Jazz Fest», as «Noites da Cigarra» e depois se complementarmos tudo isto com as festas que cada localidade, cada associação, organiza, podemos estar contentes com a oferta cultural e recreativa que vai haver durante o Verão. Vai ser bom não só para os munícipes, como para os milhares de pessoas que nos visitam nesta época. Vou focar a minha intervenção em quatro pontos, o primeiro tem a ver com o Plano Estratégico do Turismo de Mafra, assunto muito divulgado, saiu a primeira fase deste plano, mas é preciso vermos aqui uma coisa. Mafra está numa fronteira entre duas filosofias de Turismo distintas, a filosofia do Oeste que tem crescido, é uma zona com clara capacidade de atracção de investimento, semanalmente ouvimos falar dos *resorts* do Oeste, e o conceito da linha do Estoril e de Lisboa, é outro tipo de conceito, outro tipo de turismo e outra filosofia. Portanto, enquanto zona fronteira, o Concelho de Mafra deve aproveitar os recursos únicos de que dispõe, começando pelo património histórico, património cultural e património natural. Se complementarmos estes factores com os acessos e a facilidade de chegar a Mafra e a facilidade de nos movimentarmos dentro de Mafra, parecem-me pontos positivos. O Grupo Municipal do PSD não pode deixar de saudar esta iniciativa do Plano Estratégico de Turismo porque é mais um sinal da visão de que o Turismo é, de facto, um activo estratégico que o Concelho de Mafra não pode perder e tem que agarrar. É assim que vamos atrair mais investimento, que vamos conseguir criar mais riqueza, mais emprego e vamos reforçar, necessariamente, a qualificação dos nossos munícipes. A segunda fase deverá ser quantificar os objectivos e os planos de acção. Esta segunda fase deverá ser, obviamente, participada, sugiro, caso esta Assembleia e o Executivo Municipal considere pertinente, que quando for oportuno se marque uma Assembleia Municipal temática para discutirmos esta questão que diz respeito a todos nós e às gerações vindouras. Gostaria de falar igualmente da história das bandeiras azuis, julgo que é o momento e a oportunidade para todos nós, deputados municipais, sermos esclarecidos sobre este assunto. Ouvimos falar em condicionamentos, em entraves e limitações, isto tudo umas coisas atrás das outras, é bom que seja esclarecido porque é que temos menos uma praia com Bandeira Azul. Com base em que critérios é que a praia da Calada foi rejeitada? Quais foram os motivos? Temos, se calhar, todos que pensar se fosse outra cor política se esta situação acontecia? Não estará a Administração Central do Estado a querer seguir o exemplo de outros institutos, de outras direcções regionais do nosso país? Esta situação ainda é mais estranha quando vem uma representante da Associação Bandeira Azul dizer e vou citar «esta Autarquia é bastante interventiva e activa, muito interessada no cumprimento dos critérios de atribuição da bandeira azul». Isto não foi ninguém do Município que disse, ninguém das Juntas de Freguesia, ninguém do Partido Social Democrata, foi a Associação Bandeira Azul. O que interessa saber e as razões que oficialmente se sabe, que a CCDR disse, têm a ver com problemas de consolidação das arribas da praia da Calada, é se estes problemas de consolidação só invalidam a Bandeira Azul, ou será que na CCDR não há ninguém que veja que se os problemas são assim tão graves não deveria ser também encerrada a praia? É bom saber por este percurso todo onde é que ficou o

critério, o rigor e a responsabilidade da CCDDR na decisão que tomou. O terceiro apontamento tem a ver com o muro do Jardim do Cerco, é de saudar. A Câmara Municipal de Mafra vai abrir o Jardim do Cerco à população, incentivando-os a participarem naquele espaço. Em relação à auto-estrada A vinte e um, em que fase está o processo? Para quando é que temos a conclusão desse grande projecto? Ainda gostaria de saber como está o projecto das escolas, só teremos nova Assembleia Municipal depois do início do ano lectivo e, portanto, julgamos que é importante fazer um ponto de situação sobre o projecto das escolas. Quero terminar de uma forma que penso que todos comungam comigo. Enquanto jovem não posso deixar de saudar e de evidenciar publicamente, junto desta Assembleia Municipal, o desempenho e o mérito que, nos últimos tempos, alguns jovens demonstraram: o surfista Tiago Pires foi o primeiro português a qualificar-se para o WCT, são os quarenta e cinco melhores surfistas do mundo; José Estrangeiro tem somado medalhas no Duetlo, duas medalhas no último campeonato do mundo e um campeonato da Europa de Duetlo; por fim, João Cordeiro sagrou-se campeão de cálculo mental do terceiro ano de escolaridade. Acho que são reparos que esta Assembleia Municipal não pode deixar de os evidenciar publicamente." -----

-- A Senhora Leonor Coutinho interveio, dizendo que "gostaria de saudar neste dia, estamos a três dias do início da Presidência Europeia Portuguesa, de facto, o programa a que tive o privilégio de assistir numa reunião, obviamente nos envolve a todos. Nós que somos sempre chamados a ouvir que o Convento de Mafra é dos poucos que tem dimensão europeia dentro dos monumentos portugueses, é óbvio que essa presidência nos projecta. Temos a sorte de ter um mandato relativamente bem definido, também lutámos por isso, para que ele fosse bem definido, o que pode levar a que Portugal venha ser sede de uma nova conferência intergovernamental e do novo tratado que vai construir o futuro da União Europeia. Em segundo lugar, gostaria de me regozijar nessa presidência por ser uma presidência em que, por intervenção de Portugal, se vão realizar não só as cimeiras habituais, com a Rússia, com a China e com a Índia, mas também uma Cimeira com o Brasil, que foi muito obra de todos os partidos para que este designio da nossa política externa de dar maior visibilidade aos países de língua portuguesa tivesse concretização nesta Cimeira com o Brasil. Em princípio, esta deverá realizar-se em Viana do Castelo. Aliás, como o meu colega disse há pouco, a Cimeira está planeada para Mafra e houve, sobretudo, a preocupação em que as várias cimeiras e os vários encontros se realizem ao longo de todo o país. Houve uma enorme preocupação de, de facto, haver um impacto o mais positivo possível em todo o território nacional. Aqui para Mafra é realmente bom, o facto destas instalações serem também mais utilizadas, obviamente também chama à atenção e também justifica que elas depois sejam mais preservadas. Acho que Portugal tem, igualmente, muito a ganhar não só com todas as cimeiras que vai realizar, mas também porque vai ser palco, pela segunda vez e a primeira vez foi feito também na Presidência Portuguesa, de uma Cimeira com África e que, neste momento, já é praticamente certo, segundo foi explicado ontem nos debates públicos que houve sobre esta matéria. Penso que para nós também é importante porque também é uma área de influência nossa, podemos reforçar aqui um papel com outra região importante que é a região africana, penso que a própria agenda da Cimeira nos pode valorizar e nessa medida penso que é positivo para todos os portugueses. Gostaria só por último de salientar uma outra cimeira que, sendo menos conhecida também me parece muito importante, é uma cimeira mediterrânica. Nos últimos tempos houve uma grande tendência para virar muito a política para a Europa de Leste, que era uma das prioridades políticas da Europa o tentar integrar um conjunto de países que têm uma história completamente diferente da nossa, mas em que para a preservação da paz era importante que fossem integrados num todo europeu. Temos aqui outra fronteira que é a fronteira dos países árabes e, portanto, parece-me de toda a importância a Cimeira Euro-Mediterrânica que também vai ser feita e que visa chamar à atenção para essa face da política de vizinhança que, obviamente, nos diz mais respeito do que outras políticas. Penso

que nos podemos regozijar todos pelos sucessos e pelos contributos positivos que possamos dar num momento particularmente difícil, porque, de facto, há também situações muito preocupantes neste momento, no Líbano, no Kosovo, no Darfur. Não é fácil, mas penso que Portugal se tem saído bem na defesa dos interesses dos portugueses e dos europeus." -----

-- O Senhor Armando Madeira disse que "vou apresentar aqui duas notas, mas estava um pouco receoso que fossem um pouco discordantes em relação àquilo que foi dito, não interpretem como tal. São, de certa forma, dissonantes porque também há coisas que não são completamente boas. Vou falar de duas questões. Uma tem a ver com o trânsito e outra com as Sete Maravilhas. A DECO fez um estudo em relação aos pontos negros do nosso país, situações que podem provocar acidentes. Concluiu que havia bastantes municípios neste país onde se verificavam estas situações, tendo oficiado as câmaras envolvidas, no sentido de minorar esses mesmos pontos negros. Mafra foi uma das câmaras oficiadas pela DECO, até hoje não teve qualquer tipo de resposta por parte da Autarquia. Outra questão tem a ver com as Sete Maravilhas, aquilo que foi dito aqui eu estou de acordo com isso, tenho muito orgulho em viver em Mafra e tenho muito orgulho no Convento que é muito bonito. De qualquer forma, só queria deixar aqui a nota que a UNESCO emitiu um comunicado, em que se dissociava completamente da realização deste concurso porque considera que este não tem nada a ver nem com a Educação, nem com a Cultura, é meramente comercial." -----

-- A Senhora Dona Isilda Pegado referiu que "o que me traz aqui hoje é uma preocupação que penso que deve ser de todos nós. Está em cima da mesa e, pelos vistos, pronto a ser aprovado ainda durante este ano para ter início em dois mil e oito, uma reforma profunda do sistema judiciário português. O país vai ser reorganizado em termos de funcionamento dos tribunais. Desde sempre me lembro de se fazerem julgamentos em Mafra, aquilo que está para acontecer em Mafra é que vamos deixar de ter aqui tribunal. O tribunal de Mafra, possivelmente, vai ficar só como um tribunal de execuções, de penhoras. Todos os processos que se encontram a decorrer neste momento em Mafra irão para Sintra, será a chamada NUT três da zona da Grande Lisboa e que abrange Sintra, Amadora e Mafra. Será a NUT que abrange maior número de população de todo o distrito de Lisboa e que fica com menor número de juizes do que têm neste momento estes três tribunais juntos. Devo dizer que em Mafra os processos, neste momento, já estão com marcações de julgamentos a um ano, há mais de quatro mil e quinhentos processos pendentes. Costumo dizer que não há Economia que funcione se a Justiça não funcionar. Há empresas que vão à falência porque há processos de cobrança de dívida que não se cumprem no tempo certo. O estudo que foi feito pelo Ministério da Justiça e que vai levar a esta reforma tem por base números absolutamente fictícios de entrada de processos no nosso tribunal, não tem sequer em conta o crescimento que o Concelho está a ter e, por virtude do qual, seguramente havendo mais gente há mais conflitualidade e há mais necessidade do recurso ao tribunal. Em terceiro lugar, este próprio estudo diz que qualquer pessoa de Mafra a Sintra demorará vinte minutos em deslocação, não sei como será com as freguesias mais distantes. Este estudo pode ser consultado no *site* do Ministério da Justiça e trago-o aqui hoje porque a Justiça interessa ao Concelho. Os munícipes devem ter uma palavra a dizer sobre isto e sobre a situação que iremos viver se esta reforma for para a frente. A título de exemplo, e uma vez que também estou na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, recordo que esta tem praticamente todos os dias um técnico seu a dirigir-se ao tribunal. Os nossos postos da GNR têm praticamente todos os dias agentes a ir ao tribunal. Toda esta gente se vai deslocar a Sintra? Estamos assim tão bem servidos de estradas e Sintra terá essa capacidade para receber Mafra? É a perda de qualidade de vida que esta reforma irá trazer. Não sei se o Senhor Presidente da Câmara já tinha conhecimento desta situação, se não tem é gravíssimo que não se dê ao poder local o direito de se pronunciar sobre uma reforma desta natureza e se diga que é já no início de dois mil e oito que entra em funcionamento. Esta forma prepotente de um poder central

penso que nos indigna a todos e que como cidadãos não podemos calar e também é, relativamente a esta questão da Justiça, um factor que, pessoalmente, me perturba profundamente. Uma decisão pode ser muito justa, muito correcta, tecnicamente muito acertada, mas se não vier no tempo certo não é justa de certeza e para aquilo que caminhamos é seguramente para uma maior injustiça por falta de tempo oportuno nas decisões." -----

-- A Senhora Dona Olga Pires interveio, dizendo que gostaria de fazer "só um apontamento em relação à última intervenção, concordo com a última parte em relação à prepotência que foi aqui enumerada, mas só salientar que é a prepotência das maiorias, normalmente quando se tem uma maioria absoluta é-se prepotente e isso acontece não só no Governo. Só dois apontamentos. O primeiro era referir que realmente o Convento e a Basílica são estupendos, mas não são os «Versailles» portugueses, porque isso é o Palácio Nacional de Queluz, é uma questão de estilos, mas pode não ser o seu forte e não tem nada a ver. É só um aparte. Outra chamada de atenção, estive a ver a correspondência recebida pela mesa da Assembleia Municipal e achei graça a este curso intensivo de protocolo autárquico que, embora tenha só a ver com o protocolo autárquico, podia também ter etiqueta já que, pelo menos a nível das actas, me parece, embora eu compreenda perfeitamente as tradições deste Concelho, muito incorrecto que nestas apareça a Senhora Isilda Pegado, Senhora Leonor Coutinho. A nível de etiqueta, não deveria ser assim que as pessoas deveriam ser tratadas, deveria ser «Senhora Dona» o que me pareceria mais correcto, mas pode ser que depois no curso intensivo também apareça lá qualquer coisa em relação a isso." -----

-- O Senhor Miguel Ângelo disse que "uma das questões que levou a que a presidência da União Europeia a trazer a Cimeira da Rússia até Mafra, presumo eu, por aquilo que li na altura, terá a ver com a recente deslocação do nosso Primeiro Ministro à Rússia, na qual foi celebrado um acordo entre o Palácio de Mafra, na tentativa de o dinamizar, com o Hermitage. É nesse seguimento que se deslocam agora ao Concelho. Espero que não fique só por aqui porque, de facto, isto já foi anunciado há algum tempo. Em termos de Educação, tem sido aqui algumas vezes levantada a questão de se o modelo escolhido pela Câmara para a construção das escolas era ou não o mais indicado. Constatei agora recentemente, com alguma surpresa, através da pesquisa que costumo fazer pela imprensa regional, numa conferência de imprensa o Presidente da Câmara Municipal da Lourinhã refere o modelo de financiamento de Mafra para as escolas como o exemplo a ser seguido por todo o Oeste. Ele diz que, de facto, este é o modelo indicado, inclusivamente aconselhou os seus companheiros da Área Oeste, quer do partido, quer de outros, a seguirem este exemplo. Algumas câmaras do Oeste já o estão a fazer, interessando-se realmente pelo modelo financeiro que a Câmara Municipal de Mafra a seu tempo inovou a nível nacional, como é costume. Aliás, deve ser, quase de certeza, uma das maiores fontes de receita da Câmara, é que sempre que esta inova, toda a gente a seguir vem comprar cópias dos cadernos de encargos porque querem todos fazer igual. Quero falar sobre mais duas questões. Uma tem a ver com o ponto um e dois da ordem de trabalhos, relacionado com regulamentos. Não vou falar dos regulamentos porque eles serão abordados nos pontos certos, mas sim de uma nova funcionalidade do *site* da Câmara, constantemente melhorado, daí também uma palavra de apreço para os serviços que o elaboram, estando agora disponível também todos os documentos que estão em apreciação pública, para que atempadamente os munícipes se possam pronunciar sobre o mesmo. Já tive oportunidade de o dizer, e por isso venho aqui hoje referi-lo novamente, que o próprio regimento da Assembleia previa que os elementos da mesma recebessem em casa estes documentos quando fossem para discussão pública. Na altura, situações de logística, até da própria Câmara, de muito papel, muita situação, entravavam um bocado o processo. Em jeito de sugestão, e como também já falámos de autarquias digitais, eu penso que, uma vez que estes documentos já são disponibilizados no *site* da Câmara, poderia ser criada uma informação adicional no *info-mail*, como a Câmara tem, por exemplo, para as actividades

culturais, em que se desse conhecimento a todos os membros desta Assembleia que foi colocado na página electrónica da Autarquia um novo documento em discussão pública. Não era uma situação em que a Câmara iria gastar papel nem despende muito tempo para divulgar essa informação para todos os munícipes, era uma forma de nós tomarmos conhecimento, evidentemente que caberá a cada um de nós fazer ou não uma utilização dessa prerrogativa informática, penso que não será difícil e será também mais um passo para a modernização administrativa. Por último, uma questão que tem a ver também com aquilo que a Senhora Doutora Isilda falou no ponto anterior, que é a recente concentração de serviços com Mafra e Sintra. Não é só na área da Justiça, eu, de facto, sou um defensor que Mafra deve estar associada aos municípios da Área Metropolitana de Lisboa, não faz sentido nós andarmos, até há bem pouco tempo, a caminho do Oeste, nós somos da Área Metropolitana de Lisboa, mas também agora, ao que parece, na Saúde esta ligação é efectiva. Aquilo que se prevê é que terminando as funções do actual Director do Centro de Saúde de Mafra, e uma vez que se deu a extinção das Sub-Regiões de Saúde, vai haver um coordenador dos vários centros de Saúde. O Governo aponta para unidades entre oitenta a duzentos mil habitantes e, neste sentido, Mafra vai ser integrada com Pêro Pinheiro, Algueirão e penso que Sintra, a Directora, ao que se sabe, será da área de Sintra e, portanto, passará a vir cá esporadicamente para ver o que se passa no Concelho. Isto levanta-nos uma questão, se por um lado estamos a agilizar processos e a máquina burocrática do Ministério da Saúde era muita e têm que se cortar despesas, é uma iniciativa que o Estado tem que levar à prática; levanta-se agora uma segunda questão, até há pouco tempo ia-se para Torres Vedras, em termos de transferência de doentes, depois fomos divididos, Cirurgias e Ortopedia para Torres Vedras e Medicina Interna para Lisboa, com todos os inconvenientes que já aqui foram alertados, agora se começamos a ser associados a Sintra, Algueirão e Pêro Pinheiro o encaminhamento não poderá ser para o tal futuro Hospital de Loures que não se sabe quando surgirá, mas corre-se o risco de começarmos a ser encaminhados para o Hospital Amadora-Sintra. Este é um hospital altamente requisitado, previsto para a Amadora inicialmente e depois, por falta de verba, alargou-se a Amadora-Sintra. Sintra reclama por um hospital, Cascais reclama por um hospital e nós corremos o risco de sermos reencaminhados para o Amadora-Sintra. Fala-se então que Mafra não será para o Amadora-Sintra, mas para o Hospital do Mar que poderá vir a surgir, Loures também já podia ter vindo a surgir há algum tempo, agora será um Hospital do Mar e isto é uma constante indefinição em nós estamos envolvidos. É preocupante porque não sabemos se a nova futura Directora traz ou não ordens para encerrar o SAP, à semelhança do que acontece um pouco por todo o país. Isto é preocupante porque, ao contrário do que fez o Ministério da Educação, que bem decidiu reunir com os Presidentes de Câmara da Área Metropolitana de Lisboa e pelo menos trocaram ideias para a definição de um plano orientador da Educação na área Metropolitana de Lisboa, o Ministério da Saúde e, pelos vistos, o Ministério da Justiça fecham as portas a qualquer diálogo. Convém aqui recordar que mais do que uma vez tentámos o contacto com a ARS e ele tem sido nulo, reposta às propostas para a criação de novos edifícios de Saúde no Concelho de Mafra, zero. É de lamentar que outras entidades do próprio Governo, como é o caso do Ministério da Educação, que reúnem com os autarcas, não quer dizer que vão fazer o que eles dizem, mas reúnem com os autarcas para os ouvirem e para estes saberem o que é que se pensa, estes são dos Ministérios fulcrais para o bem estar das populações e fecham as portas aos munícipes." -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mafra, José Maria Ministro dos Santos, respondeu, dizendo que "eu estou preocupado também com as movimentações na área da Justiça, mas já me habituei a esperar, estas coisas demoram algum tempo. Às vezes estas medidas, que são impopulares e que carecem de alguma sustentabilidade, procuram ouvir as reacções exteriores. Na área da Saúde é uma questão ainda mais preocupante, se na Justiça o é, na Saúde ainda mais, eu sinceramente também não sei o que é que está para acontecer, mas

tenho ouvido tanta coisa na ARS, já ouvi falar em fechar, em voltar a abrir. Nós estamos preocupados e vou tentar, na medida em que posso, saber esclarecimentos, se é que irão ser dados, julgo que não, mas, de qualquer forma isso não é impeditivo que eu manifeste a minha preocupação, não é pela decisão, mas, sobretudo, pelo desconhecimento das premissas que conduziram à decisão. Muda-se porque se muda, mas isto diz respeito a nós directamente, portanto devemos ser ouvidos, a não ser que isto se insira naquela estratégia da Administração Central deste Governo de anular, pura e simplesmente, os Presidentes da Câmara. Devo referir que a grande delegação de competências que está a ser programada na área da Educação, não é discutir o projecto educativo, é no caso de Maфра são cento e sessenta funcionários que começam a ser pagos pela Câmara, transferem-nos o dinheiro e nós pagamos. Vamos gerir esses funcionários? Não, os funcionários ficam sobre a gestão directa das escolas, quem manda neles são os senhores professores. Então isto é que é a grande delegação de competências na área da Educação? É tão somente isto que está para acontecer. Nós não aceitamos, eu particularmente não aceito. O Ministério da Educação vai-nos tentar transferir os funcionários existentes, não são aqueles que eram necessários, há um *ratio* do número de funcionários e auxiliares educativos por sala de aula, que não é isto que acontece hoje, vai-nos transferir os que estão no quadro, não os contratados, nós temos que fazer novos contratos. Há aqui uma certa baralhação. Eu compreendo o porquê desta situação, é aliviar a despesa com recursos humanos, estamos a falar de trinta e cinco mil funcionários, e por isso baixar e equilibrar as contas do Estado. Deixa de haver despesa com o pessoal, transfere isso para as Autarquias. Há sobrecargas adicionais de trabalho para as Câmaras, sem resultado proveitoso absolutamente nenhum. A capacidade de intervenção das autarquias nesta matéria é nula, recebe dinheiro, entrega dinheiro, chama-se a isto a grande delegação de competências na área da Educação. Foram feitas aqui uma série de questões. Relativamente às escolas, neste momento estão em obra física a da Ericeira e da Carvoeira; a iniciar também a da Encarnação, Igreja Nova e Azueira; e vão arrancar dentro de pouco tempo a da Charneca, Enxara do Bispo, Maфра dois, Lagoa e Santo Estêvão das Galés. Estas são as escolas que estão já previstas. Tenho um problema ainda com o Sobral da Abelheira sobre a localização da escola, logo que seja resolvido entrará também neste pacote. Sobre as bandeiras azuis, eu tive uma reunião com a CCDR na semana passada, a propósito de um conjunto de problemas que temos entre a Câmara e a CCDR, ou por falta de observância de resposta em tempo por parte da CCDR, ou questões relevantes como sejam o PDM e, nomeadamente, as zonas de intervenção do POOC com os nossos planos de ordenamento, o PUAT na zona da Ericeira e depois o PDM nas outras zonas. Sobre a questão das bandeiras azuis, nós mandámos um ofício em tempo e na oportunidade, havia tanta resistência à aceitação das bandeiras azuis, em todas as bandeiras azuis do Concelho, que não tinha propriamente a ver nem com a qualidade da água, nem com a segurança, nem com os equipamentos de apoio, tinha a ver com pequenas coisas. Primeiro, a questão da Foz do Lizandro que tem aquela escadaria em madeira que vai desde o estacionamento cá em cima, que já lá está feita há quatro ou cinco anos e que sempre teve bandeira azul, que pretende tão só disciplinar a utilização daquela ravina porque as pessoas avançavam por lá abaixo. Este ano os técnicos da CCDR resolveram negar a Bandeira Azul, davam a Bandeira Azul se nós retirássemos a escadaria. Na praia do Sul não existia um balneário a sul da praia do Sul, não tem porque a própria CCDR não se entendeu sobre a sua localização, estamos a falar de uns sanitários para permitir o apoio à zona mais areada da praia do Sul. Como a CCDR e o INAG não se entendem sobre a localização e a construção encostado ao talude, queriam faze-lo na rampa de acesso à praia do Sul, eu disse que não, queriam faze-lo no areal, o único sítio era fazer uma escavação ligeira de dois metros ou três e encastrar, digamos assim, disfarçando a construção da alvenaria e transformando aquilo numa unidade de apoio. Como não fizeram eles próprios, não deram essa autorização para a Câmara fazer, o processo está nas mãos da CCDR e do INAG, não queriam

atribuir a Bandeira Azul. Em Ribeira d'Ilhas a mesma coisa, contestaram também com a escadaria de acesso a partir do miradouro até lá abaixo, mas há três anos que há bandeira azul em Ribeira d'Ilhas. Em relação à praia de São Lourenço, é porque o balneário que já lá estava montado, perfeitamente legal, tinha mais doze metros quadrados. Foi feito um estrado amovível que tinha mais doze metros quadrados do que o definido no POOC. Na praia da Calada não queriam dar, como acabaram por não dar, porque a instabilidade da falésia era notória. Eu disse-lhes que era responsabilidade do INAG, não é responsabilidade da Câmara. Há doze anos o INAG assumiu a responsabilidade de estudar a estabilidade daquele talude, até agora não o fez. Nós temos insistido, depois da discussão do POOC, muito com o INAG para apresentar o projecto de execução porque aquela é uma belíssima praia. Realmente há algum perigo de derrocada, é mais perigoso de Verão do que de Inverno, como sabem aquilo é uma marga, a desidratação das margas provoca fissuras e derrocadas. Eu resolvi com o Vereador mandarmos um ofício, vamos cumprir tudo aquilo que a Bandeira Azul diz e determina, vamos desistir das candidaturas todas e assim fizemos, mandámos um ofício para a CCDR a dizer que não necessitávamos das bandeiras azuis. Criou o pânico na CCDR, Torres Vedras só teve uma ou duas bandeiras azuis, logo a seguir Mafra não tinha nenhuma. A comissária da Bandeira Azul telefonou-nos e disse-nos para não desistirmos porque até éramos dos municípios que melhor cumpríamos as normas, então lá abdicaram das premissas todas, menos da Calada. Sugerir a realização de uma reunião entre o INAG e a CCDR para ver quem é quem no meio de quem, porque se a praia não tem condições para ter a Bandeira Azul deve ser vedada à utilização dos veraneantes. A razão que invocam é a falta de segurança por instabilidade da falésia. Estou à espera que me digam o que vai ser feito, se ninguém fizer nada, a Câmara vai ter que colocar um cartaz dizendo que existe perigo de ruína porque é um aviso que devemos fazer, sendo a responsabilidade do INAG e da CCDR. Relativamente ao muro do Jardim do Cerco, aquilo era um projecto que já está há vários anos no IPPAR, não tinha sido consequente por razões várias e eu tive uma reunião com o presidente e o vice-presidente do IPPAR e expliquei-lhes a proposta. Foi o retomar de um projecto com a justificação histórico-realista daquilo que se pretendia ao qual se juntou uma outra situação: a EPI tinha um conjunto de barracões que serviram no tempo da Guerra Colonial para albergar refeitórios e hangares de estacionamento e aquilo estava em ruína eminente, não era utilizado, eles próprios queriam demolir aquilo. Eu disse que então íamos elaborar um projecto conjunto de demolição. O que vai ser feito? É um gradeamento, de forma a tornar «transparente» e visitável o Jardim do Cerco. Sobre a questão da Cimeira com a Rússia, também fiquei satisfeito, mas eu já vi isto há muitos anos. Foi por isso mesmo que nós construímos a A vinte e um, é que se a A vinte e um não tivesse acontecido, provavelmente, a Cimeira não seria feita cá. Um dos factores determinantes foi a facilidade de acesso entre Lisboa e Mafra, um resultado imediato de um projecto muito polémico e discutido, mas que já está a surtir efeitos. Portanto, é de prémio para todos aqueles que directa ou indirectamente contribuíram para que a Auto-Estrada fosse um sucesso. É evidente que eu vou tentar, na medida em que a pequenez da Câmara pode fazer nesta matéria, na animação da envolvente, isto é, tentando mostrar o *new look* do Palácio. Esta é uma iniciativa que não passa pela Câmara. O que estamos a preparar naturalmente é também a recepção aos manifestantes, é que nestas coisas surge sempre um conjunto enorme de manifestantes que aproveitam estas oportunidades para denegrir a imagem. Relativamente aos pontos negros da DECO, não me chegou ao conhecimento essa informação. Uma nota curiosa, no mês de Junho visitaram o Parque de Santa Marta trinta e dois mil visitantes e no mês de Maio vinte e sete mil. Isto prova o quão interessante foi aquela intervenção municipal. A propósito disso, ir-se-á reunir no Parque de Santa Marta a Unidade de Gestão do Eixo Um com a Comissão que vem de Bruxelas fiscalizar, exactamente, o Eixo Um. Temos também uma inspecção ordinária do Tribunal de Contas na Câmara Municipal, PAVIMAFRA e MAFRATLÂNTICO. É normal nestas situações com a curiosidade face à

nova Lei que permite que os Tribunais de Contas fiscalizem e verifiquem a conformidade das empresas municipais. Sobre as novas tecnologias, nós normalmente não fazemos muito barulho antes de termos consolidados alguns projectos, estamos a trabalhar internamente num vasto conjunto de evoluções tecnológicas que umas já estão a ser postas ao corrente de e outras sê-lo-ão rapidamente. A propósito do Sistema de Informação Geográfica da Câmara Municipal, fomos convidados para ir ao LNEC apresentar o nosso projecto. Os nossos técnicos foram lá mostrar como é possível fazer o que fizeram, tão bem e tão rapidamente.” -----

-- Não havendo mais intervenções, foi introduzido o primeiro ponto da Ordem do Dia, relativo à informação do Presidente da Câmara sobre a actividade municipal e situação financeira. Não se verificando esclarecimentos adicionais, passou-se ao ponto número dois, referente ao projecto de Regulamento da Venda Ambulante do Município de Mafra – Apreciação Definitiva. -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mafra esclareceu que “relativamente ao inquérito público, não houve reclamações nem protestos.” -----

-- O Senhor Daniel Marchante disse que “gostaria de colocar algumas questões em relação ao projecto de Regulamento da Venda Ambulante. Será que este regulamento vai resolver os problemas de higiene das feiras de Mafra e da Malveira? São cobrados os espaços usados pelos feirantes na feira de Mafra? Será que com este regulamento vamos acabar, de uma vez por todas, com a «terceiro mundista» feira de Mafra frente a uma das maravilhas de Portugal? Será que com tanto excesso de zelo neste regulamento permitirá a venda ambulante? Há aqui uma questão importante, este regulamento tem o mérito de ser bastante moderno, mas lendo-o atentamente ficamos com esta questão: será que poderá ser efectuada a venda ambulante? É que para o vendedor são colocadas tantas questões para que possua meios tão avançados para montar a sua estrutura de negócio. Que meios vão ser usados na fiscalização e como se vão envolver as forças de segurança neste processo onde não temos, embora a nosso ver mal, polícia municipal para poder fiscalizar o que está indicado neste regulamento?” -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mafra respondeu, dizendo que “este é um regulamento de vendedor ambulante, não é de feiras e mercados. Na feira de Mafra não são cobradas taxas. Estamos a pensar seriamente numa estrutura que em tempo será apresentada para a realocação do espaço feira. Quanto à higiene e limpeza, não tem nada a ver com regulamentos, mas com as autoridades, cada uma delas, que gerem as suas coisas. Nós não podemos ter polícia municipal porque a polícia municipal tem que ter um certo número de habitantes, não é para quem quer. As feiras têm que ser repensadas, não vamos acabar com elas. A feira da Malveira sofreu muito pressão negativa pelo aperto que se fez nas feiras do Relógio, Carcavelos, entre outras. Há muito comerciante na feira que não dignifica propriamente a feira, temos pensado e discutido internamente essa questão da ASAE. Porque é que a ASAE interfere? Se esta interfere é porque as feiras não estão devidamente ordenadas, disciplinadas, isto não abona nada na consolidação das feiras tal como elas são. Se trabalharmos no sentido de disciplinarmos a feira, temos a garantia de que ela vai perdurar, caso contrário ela torna-se muito permeável e indisciplinada. É única forma de salvarmos as feiras, caso contrário estão condenadas ao fracasso.” -----

-- Não havendo mais intervenções, passou-se à votação deste ponto, tendo este sido aprovado por maioria, com cinco abstenções do Partido Socialista. Foram introduzidos os pontos número três e quatro, os quais não foram objecto de discussão. O primeiro foi aprovado por unanimidade, quanto ao segundo a Assembleia Municipal tomou conhecimento. Prosseguiu-se com o ponto número cinco, relativo à MAFRATLÂNTICO – Vias Rodoviárias, EM – Relatório de Gestão e Contas do Exercício relativos ao ano de dois mil e seis. -----

-- A Senhora Dona Olga Pires interveio, dizendo que “como devem também ter ouvido porque foi amplamente divulgado na Comunicação Social, nós temos o administrador mais bem pago em todas as empresas municipais do país. Segundo o

Tribunal de Contas, recebe bem mais do que o Presidente da República. Como é uma empresa municipal, e como, com certeza, este Executivo terá alguém designado no Conselho de Administração desta empresa, eu gostava de saber e porque também não entendi onde é que jogava esse montante exorbitante que o Tribunal de Contas considera que o senhor aufere mensalmente. A passagem diária de automóveis na portagem mensalmente não daria para pagar o seu ordenado, segundo a estimativa. Gostaria de ser informada a este respeito porque são informações que vieram a público, que toda a gente tomou conhecimento." -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mafra respondeu, dizendo que "não foi o Tribunal de Contas que disse, foi a MAFRATLÂNTICO que deu essa informação ao Tribunal de Contas. Houve um inquérito às empresas todas de um *ranking* nacional escolhido aleatoriamente e pediram e perguntaram dados. Aliás, eu movi uma acção contra a SIC e o Correio da Manhã porque de uma forma enganadora e maledicente disseram que o Presidente da Câmara, Engenheiro Ministro dos Santos, com fotografia e tudo, dizendo que ganhava oito mil e oitocentos euros, o que é redondamente mentira. Também não foi suficientemente explicada a questão do Tribunal de Contas, não foi lida da forma que deveria ter sido. Se virem, há administradores de outras empresas que, para além do vencimento atribuído segundo as regras que estavam definidas, tinham cartão de crédito, carros, ajudas de custo, telemóveis e aquele não tinha nada. Nós entendemos na altura, e eu faço parte do Conselho de Administração da MAFRATLÂNTICO, para não estarmos a controlar as chamadas, para não estarmos a comprar um carro de dez ou vinte mil contos, para não estar com cartões de crédito, resolvemos num pacote só pôr aquele montante, devo dizer que disso ele pagava cerca de quarenta por cento para o IRS, até nisso o Estado beneficiava com esta situação. Não era nenhum ordenado por aí além, tendo em conta que não tinha outro tipo de regalias. Depois, o Tribunal de Contas mandou para o Delegado do Ministério Público, para a Procuradoria da República do Tribunal de Trabalho, que arquivou o processo, porque não é competente para analisar aquilo. É o que diz o despacho. Agora sim, depois desta nova Lei que saiu em Janeiro já há limitações, mas dantes não havia. Não vamos limitar pelo dinheiro, o dinheiro não deve ser uma condicionante, se o perfil e a capacidade técnica se ajustam, e com certeza que sim, tem que se pagar. São cargos de nomeação, não são cargos de eleição. Agora que existem limitações, estas estão a ser respeitadas integralmente desde dia 1 de Janeiro." -----

-- A Senhora Dona Olga Pires referiu que "eu também não sou nada apologista desses ordenados miserabilistas porque acho que os cargos públicos quanto mais bem pagos, menos fomento a corrupção. Concorde, em absoluto, com o que disse, por exemplo, em relação ao Director Geral das Contribuições e Impostos ou ao Administrador da TAP que também estava a fazer um excelente trabalho, eu acho que as pessoas devem ser bem pagas quando desenvolvem o trabalho adequado. Não concordo com os cartões de crédito, todas essas coisas que são muito nublosas e depois nunca se entende muito bem o que é que se passa. De qualquer forma, queríamos ser esclarecidos, já que Mafra, de vez em quando, é notícia, nem sempre pelas melhores razões. Através do relatório não dá para entender o que é que o Tribunal de Contas encontrou de tão estranho." -----

-- A Assembleia Municipal tomou conhecimento do Relatório da MAFRATLÂNTICO, relativo às contas do ano de exercício de dois mil e seis. Introduziu-se o ponto número seis, referente à PAVIMAFRA – Infraestruturas e Rodovias, EM – Relatório e Contas do Exercício do ano de dois mil e seis. -----

-- O Senhor Manuel Pimenta disse que "vou reportar-me ao relatório da PAVIMAFRA. Esta empresa no exercício de dois mil e cinco para dois mil e seis decaiu, houve uma quebra de actividade e de resultados, todos os indicadores económicos também caíram. Aparece aqui no relatório uma cedência da exploração de uma pedreira, falando em prejuízos. A pergunta que eu faço, além de tentar perceber qual é a estratégia agora no exercício de dois mil e sete em relação a esta empresa, é que havendo maus resultados na pedreira, porque é que só agora se alienou esta actividade da empresa?" -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mafra respondeu, dizendo que "mais uma vez isso não é um assunto do relatório. Foi uma decisão do Conselho de Administração, tendo em conta vários factores. Na PAVIMAFRA comprámos a SOMIPEDRA quando se começaram a fazer os primeiros estudos geológicos para a implantação da auto-estrada. Ao termos conhecimento deles, apercebemo-nos que havia ali uma mancha de basalto com alguma capacidade de exploração que depois desenvolvemos e concretizámos em termos de volume de pedra expectável. Nós estávamos em curso com o concurso para adjudicação da auto-estrada e havia um potencial aquisidor de massas, de gravilha, de basalto, devo dizer que é a segunda pedreira, há uma em Alverca, e, portanto, nós estávamos bem posicionados para fornecer os inertes. Só que para a auto-estrada nós tínhamos uma norma que obrigava à certificação da granulometria e do laminado das gravilhas. Isto estava no nosso caderno de encargos da auto-estrada, foi uma norma que foi estudada também pelo EP e que impuseram, e bem, no relatório. Quando nós nos prontificámos a servir as gravilhas, fomos alertados de que necessitávamos de um certificado de homologação que num laboratório de Engenharia Civil é uma coisa complicada, não é tão simples e tão rápido quanto isso. Entretanto apercebemo-nos que a estrada já evoluía e quando veio a certificação, que foi há cerca de dois meses, grande parte do negócio, por parte da TÂMEGA nesta fase e da EDIFER na primeira, grande parte do negócio já estava comprometido com outras britadeiras. Tínhamos que aliviar a SOMIPEDRA daquele ónus, sendo que ela estava a influenciar negativamente os resultados da própria PAVIMAFRA. Foi uma decisão do Conselho de Administração proceder à cedência de exploração, sendo que o espaço físico continua da Câmara, neste caso da PAVIMAFRA, mas a exploração vamos entregá-la a quem o faça em condições melhores sem ónus negativo para a PAVIMAFRA." -----

-- A Assembleia Municipal tomou conhecimento deste relatório. Prosseguiu-se com o ponto número sete, relativo à GIATUL – Empresa Municipal para a Gestão de Infraestruturas em Actividades Turísticas, EM – Relatório de Gestão do ano de dois mil e seis. -----

-- A Senhora Leonor Dona Coutinho disse que " eu penso que vendo as contas desta empresa percebe-se porque é que a Câmara não está endividada, é porque a empresa está endividada. Deu cinco milhões de euros à Câmara para uma concessão, na realidade basta ler o relatório de fiscalização em que diz que a exploração do parque se revela lucrativa, mas insusceptível de cobrir os custos de financiamento. Evidentemente, há custos de investimento que foram feitos, provavelmente bem feitos, pelo menos são elogiados aqui no relatório, dizendo que em função dos dois milhões e quase quinhentos mil euros de investimento em infra-estruturas de saneamento e turísticas para campismo, a zona tem condições únicas em Portugal e está ao nível dos melhores da Europa, portanto, parece que esse investimento parece ser rentável. O que não parece possível, de acordo com o que vem aqui escrito neste relatório, é que a empresa não gera recursos suficientes para conseguir continuar a, no fundo, dar à Câmara algo que não é compatível com as condições de exploração. O que eu gostaria de perguntar é se dado as boas condições e o investimento avultado que aqui foi feito, as boas condições de campismo que aqui é reflectido no relatório, dado que a exploração teria tendência a ser equilibrada ou até lucrativa e cobrir o financiamento em infra-estruturas, mas não o financiamento que foi feito à Câmara de cinco milhões meramente para a acesso da concessão. A pergunta que eu gostaria de fazer é, perante a nova Lei e a necessidade de se consolidar as contas e, no fundo, deste passivo da empresa ser coberto por uma exploração equilibrada, não seria de repensar que aquilo que a Câmara veio buscar a esta empresa, e que não é compatível com a exploração, se não deverá ser devolvido, na maneira mais conveniente financeiramente?" -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mafra respondeu, dizendo que "quando nós pensámos na GIATUL, tínhamos também candidato ao PIQTUR um projecto de financiamento que falhou completamente. Quando soubemos da não aceitação do nosso projecto, o projecto da GIATUL estava em marcha, era

irreversível, nós tínhamos que continuar com o projecto tal como estava desenhado. É evidente que a primeira fase de investimento, e esta grande fase de investimento que agora fizemos, alterou significativamente o visual do Parque de Campismo, hoje nós temos um Parque de Campismo moderno e adaptado às exigências da qualidade. Estamos a pensar também, e isso é uma realidade, de que temos que fazer mais qualquer coisa, dotar a GIATUL de instrumentos financeiros que permitam outro tipo de utilização complementar à actividade do Parque de Campismo, permitindo rentabilizar, não inviabilizando o Parque de Campismo, mas criando uma estrutura qualquer, turística ou afim, para valorizar aquela frente de mar. Dentro de pouco tempo iremos apresentar à Câmara e à Assembleia, se for caso disso, uma proposta para resolução, estamos a fazer um estudo estratégico do Parque de Campismo, por um *outsourcing* da especialidade, que nos irá conduzir a soluções para a resolução deste problema que existe.” -----

-- O Senhor Joaquim Cruz referiu que “o grupo parlamentar do PSD também partilha alguma preocupações relativamente aos indicadores desta empresa e não seria sensato que não o viéssemos também aqui dizer. Tomamos conta, com o esclarecimento do Senhor Presidente da Câmara que, realmente, a situação é identificada, que haverá, com certeza, a solução para este problema porque a obra que está realizada também nos deixa contentes. Penso que até turisticamente tem uma mais valia considerada e que já foi mencionada por diversas entidades. Também acompanhamos com expectativa a solução que o Executivo dará identificando este problema.” -----

-- A Assembleia Municipal tomou conhecimento deste relatório. Passou-se ao ponto número oito, relativo à AMTRES – Associação de Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra para o Tratamento de Resíduos Sólidos – Relatório de Actividades, Balanço e Conta de Gerência de dois mil e seis. -----

-- O Senhor Armando Madeira disse que “esta questão não tem propriamente a ver com o relatório da AMTRES, mas é uma certa manifestação de estranheza. Eu penso que há uma certa relação entre a AMTRES e TRATOLIXO e nós não temos qualquer acesso ao relatório da TRATOLIXO. Penso que era bom para percebermos melhor a articulação que há entre as duas entidades, uma vez que a TRATOLIXO existe por delegação da AMTRES.” -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal esclareceu que a TRATOLIXO é uma empresa detida pela AMTRES. -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mafra acrescentou ainda que os números da TRATOLIXO estão reflectidos neste relatório. -----

-- A Assembleia Municipal tomou conhecimento deste relatório. Foram introduzidos os pontos número nove e dez relativos, respectivamente, ao Relatório e Contas de dois mil e seis do Matadouro Regional de Mafra, SA e da MUNICÍPIA. A Assembleia Municipal tomou, igualmente, conhecimento destes documentos. Prosseguiu-se com o ponto número onze, referente à SIMTEJO. -----

-- O Senhor Manuel Pimenta interveio, dizendo que “esta é uma empresa em que a Autarquia participa. Há aqui um aspecto positivo no exercício de dois mil e seis. Começa a haver investimentos, no montante de treze milhões de euros em relação a dois mil e seis, só que não nos vale de nada ter o Senhor Presidente da Câmara como vogal na Administração da SIMTEJO porque desses treze milhões de euros, só foram investidos em Mafra cerca de cento e quarenta e seis mil euros. Para dois mil e sete estão previstos investimentos na ordem de cerca de sessenta e um milhões, só que neste caso Mafra vai ser beneficiada com obras no valor de seis e meio milhões de euros. Há um progredir no investimento de Mafra de dois mil e seis para dois mil e sete.” -----

-- O Senhor Armando Madeira referiu que “o grupo parlamentar do partido ecologista «Os Verdes» dirigiu-se, há dias, à Póvoa da Galega porque recebeu denúncias de pessoas em relação à situação em que se encontra a água do rio Trancão. Dizem que assistem periodicamente à alteração da cor da água, sentem um odor desagradável, algumas vezes não conseguem abrir as janelas porque a intensidade dos insectos chamados pela poluição é bastante grande. Isto é um

relatório que nós recebemos deste partido em que é afirmado, igualmente, que há descargas ilegais frequentes na ribeira nascente do Trancão, feitas a montante, que são originárias, sobretudo, das indústrias e, eventualmente, também de esgotos domésticos. Os moradores daquela zona da Póvoa da Galega dizem ainda que essa água é utilizada para regas de zonas agrícolas. Essas descargas são disfarçadas quando chove, mas no Verão a situação é insustentável. Nesse sentido, o grupo parlamentar do partido ecologista «Os Verdes», através de um deputado seu, enviou ao Ministério do Ambiente e à Câmara Municipal de Mafra algumas perguntas, de forma a saber o que é que se está a passar. Gostaria de saber se as estruturas de saneamento estão a funcionar plenamente no nosso Concelho e se as descargas ilegais estão a ser fiscalizadas?" -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mafra respondeu, dizendo que "a fiscalização das descargas são da competência do Ministério do Ambiente e seus agentes no território, neste caso a GNR. Nós também temos conhecimento e também intervimos na denúncia e no aviso rápido e instantâneo, praticamente, quando nos apercebemos das descargas abusivamente feitas. Os esgotos domésticos são praticamente inexistentes em termos de descargas, a situação ali está controlada a este nível. O mesmo não acontece relativamente aos esgotos industriais. Nós temos alertado o Ministério do Ambiente para o licenciamento das indústrias. Nós andámos com a GNR atrás, fizeram-se os relatórios, fizeram-se as denúncias e o Ministério do Ambiente está à espera, porque quem emite as licenças de laboração dessas empresas é o Ministério do Ambiente. As empresas estão perfeitamente identificadas, agora utilizamos a GNR com o seu serviço de fiscais do Ambiente para denunciar a quem de direito. Nós estamos atentos e preocupados com aquilo que está a acontecer, não é só no Verão. Em relação à SIMTEJO, eu não estou lá para conseguir dinheiro para Mafra. Eu estou lá em representação dos outros municípios. O problema da SIMTEJO foi falta de dinheiro. Nós já temos as obras da Murgeira e da Caneira a acontecer, vamos ter agora a do Lizandro e este dinheiro foi dinheiro de projectos. Porquê? Porque a Câmara de Lisboa deve cinco milhões de contos à SIMTEJO e não paga. A ADP também não quis reforçar a sua participação. Devo dizer que Mafra tem as contas em dia com a SIMTEJO. Houve um litígio entre a Câmara de Loures e Odivelas porque aquela separação não foi tão amiga quanto isso, isso está mais ou menos resolvido. Julgamos que agora entramos num curso normal de realização. Agora chegou uma altura em que se corre o risco de se perder os fundos comunitários, se não houver a determinação da parte do Conselho de Administração da SIMTEJO, mas, sobretudo, do accionista maior que é o Estado através da ADP, pode-se perder o dinheiro. Eu também estou na Junta Metropolitana e a repartição de fundos, que tem a ver com a boa execução dos quadros comunitários no âmbito da Junta Metropolitana, foram distribuídos, por minha iniciativa, entre outras entidades, para a SIMTEJO. Há muitos projectos que estão em curso que só têm repercussões financeiras no próximo ano económico." -----

-- O Senhor Armando Madeira disse que "tem todo o sentido o requerimento de um grupo parlamentar à Câmara, de forma a este perceber melhor o que é que se passa no Concelho." -----

-- A Assembleia Municipal tomou conhecimento deste relatório. Prosseguiu-se com o ponto número doze, referente à AMEGA – Associação de Municípios para Estudos e Gestão da Água – Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas do ano de dois mil e seis. -----

-- O Senhor Joaquim Cruz referiu que "é lamentável que em algumas empresas intermunicipais nem todos os seus sócios cumpram as suas obrigações e por vezes prejudicando os demais que também participam nelas." -----

-- A Assembleia tomou conhecimento deste ponto. Foi introduzido o ponto número treze, relativo à Tapada Nacional de Mafra. Em relação a este ponto, a Assembleia Municipal tomou igualmente conhecimento do relatório e contas do ano de dois mil e seis. Passou-se ao ponto número catorze, relativo ao projecto de Regulamento de Obras e Trabalhos na Via Pública relativo à Construção, Instalação, Uso e

Conservação de Infra-Estruturas no Município de Mafra – Apreciação Definitiva do Projecto. -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mafra esclareceu que "relativamente a esta situação, devo dizer que houve duas ou três reclamações, nomeadamente da EDP, dos Telefones e do Grupo Veolia. As situações foram perfeitamente esclarecidas. Relativamente à EDP, devo dizer que como há um contrato de concessão, eles pensavam que, em certa medida, este regulamento limitava o articulado que está definido neste mesmo contrato. Há aqui uma tentativa de disciplinar a utilização do subsolo. Houve um ou dois reparos que foram corrigidos e está em condições de ser votado nesta Assembleia." -----

-- O Senhor Manuel Pimenta disse que "nós congratulamo-nos com este regulamento. O Partido Socialista vai votar favoravelmente. Há um aspecto no regulamento que nos parece injusto. Em relação à taxa de aplicação destes trabalhos na via pública, o que todas as grandes empresas vão pagar é aquilo que outra empresa média ou pequena irá pagar também. Não havendo essa diferenciação, tem este senão para nós. Para as grandes empresas as taxas deveriam ser de uma natureza, de um determinado montante, para outras empresas de menor envergadura deveriam ser outras taxas. Era um critério que penalizaria um pouco as grandes empresas, mas estas são as grandes beneficiárias de utilização dos solos e trabalhos na via pública." -----

-- A Senhora Dona Paula Borges interveio, dizendo que "eu queria, em primeiro lugar, dar a minha explicação aqui à objecção que foi levantada pelo Partido Socialista. Porventura, o critério subjacente à aplicação da taxa não é tanto o critério da dimensão da empresa, mas é o critério da dimensão do impacto causado aos munícipes, por essa via faz sentido que a taxa seja a mesma. Não sendo inovador, este regulamento está na vanguarda da regulamentação deste tipo de utilização, quer do solo, quer do subsolo, quer do espaço aéreo do domínio público municipal. Como foi aqui referido, ele diz respeito às operadoras de telecomunicações, às concessionárias da água, dos esgotos, do gás, que, até aqui, têm actuado de uma forma cada vez mais intensa, porque são vários operadores e que têm acesso ao mercado também em condições cada vez mais de livre concorrência, só que de uma forma que urge disciplinar. Se começam a ser mais operadores e não há nenhuma disciplina, há uma multiplicação de intervenções no solo que a Câmara tem que, obviamente, disciplinar, regulamentar e enquadrar normativamente todos estes tipos de intervenção. Estes têm vindo a ser feitos de forma crescentemente descoordenada e desconexa, com evidente prejuízo para os munícipes, quer no trânsito, quer na poeira, quer na impossibilidade de atravessar cada vez mais sítios dentro do próprio município e a sua própria expansão e desenvolvimento, quer, por um lado, por justificar mais intervenções e, quer por outro, por tornar mais urgente também a disciplina dessas mesmas intervenções. É, de facto, às Câmaras Municipais que cabe a gestão do domínio público municipal e, juridicamente, as concessionárias não têm razão quando argumentam com a questão da execução dos contratos de concessão. A ser assim, se os contratos de concessão legitimassem toda e qualquer intervenção no domínio público municipal, então estaria esvaziado completamente este poder que é atribuído pela Lei aos municípios de gerir esta mesma intervenção. Obviamente, esta gestão e a sua regulamentação, que está plasmada neste regulamento, são feitas sem prejuízo desses contratos de concessão. Tudo isto tem que ser compaginado para minimizar o impacto negativo nos munícipes. A ideia que estava subjacente à isenção de taxas e de licenciamentos deste tipo de intervenções era, portanto, a ideia de que eram públicas as empresas que intervinham no espaço público municipal e que quase que ficaria tudo em casa para o bem comum da coisa pública. Hoje em dia, como sabemos, tudo isso se alterou, as empresas deixaram de ser maioritariamente públicas e inclusivamente discute-se que natureza essa fatia minoritária de intervenção do Estado deve ter nessas empresas. Elas têm um carácter cada vez mais, acentuadamente, privado. Assim, não faz sentido que sejam discriminadas relativamente àquelas que são puramente privadas, por outro

lado também eximidas da necessidade de requerer as licenças e pagar as correspondentes taxas.” -----

-- Passou-se à votação deste ponto, tendo este sido aprovado por unanimidade. Sem intervenções por parte do público presente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por concluída a terceira sessão ordinária do ano de dois mil e sete da Assembleia Municipal do Concelho de Mafra quando passavam trinta e oito minutos das vinte e três horas. -----

-- Verificada a lista de presenças, foram registadas as ausências de alguns elementos da Assembleia Municipal, tendo para estas sido apresentados os pedidos de justificação de faltas dos seguintes membros: o Senhor Domingos Janota, substituído nesta sessão pelo Senhor Estêvão Joaquim Batalha; e o Senhor Vítor Rodrigues. Verificaram-se, igualmente as ausências dos seguintes elementos: o Senhor António Milhano; a Senhora Elsa Pinheiro; o Senhor Joaquim Casado; e o Senhor Joaquim da Costa. -----

-- Para se constar se lavrou esta acta, que vai ser lida, e, depois de aprovada, irá ser assinada por mim que a lavrei, Luís António Ribeiro Alves, e pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal do Concelho de Mafra. -----

Jeannine Smith
Chris McS